

ÁREA TEMÁTICA: FINANÇAS

DESVENDANDO O COMPORTAMENTO FINANCEIRO: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA GRADUAÇÃO

RESUMO:

Este estudo visa tratar da temática do conhecimento financeiro de alunos de graduação no Brasil. Mais especificamente, o trabalho tem o objetivo de identificar o impacto desse conhecimento no comportamento financeiro desses alunos. Para alcançar o objetivo proposto, esta pesquisa adota uma metodologia quantitativa, abordando alunos de graduação de três grandes grupos educacionais do Brasil. Os resultados reforçam o baixo desempenho desses alunos em educação financeira e confirmam que o maior conhecimento em finanças pessoais pode sim impactar no comportamento de jovens em ensino superior. Essas constatações ressaltam a importância de revisar e atualizar as políticas de Educação Financeira no Brasil. Acreditamos que também seja importante que as Instituições de Ensino Superior (IES) adotem a temática da Educação Financeira como “Temas Transversais” (TT) em suas unidades curriculares. Isso é relevante uma vez que há uma fragilidade nessa formação no ensino fundamental e médio no Brasil (OECD, 2020) e é um tema reconhecido como algo crítico para apoiar o crescimento econômico das nações (Zhang 2023). Assim, esta pesquisa tem contribuições teóricas e práticas. Primeiro, contribui teoricamente ao trazer insights do contexto brasileiro para o debate global sobre educação financeira. Segundo, possui uma contribuição prática ao enfatizar o impacto dos conhecimentos financeiros na tomada de decisão, e também indicar a fragilidade da temática em cursos de graduação, demandando por políticas públicas mais assertivas.

Palavras-chave: educação financeira; comportamento financeiro; ensino de graduação.

ABSTRACT:

This study aims to address the issue of financial knowledge among undergraduate students in Brazil. More specifically, the work aims to identify the impact of this knowledge on the financial behavior of these students. To achieve the proposed objective, this research adopts a quantitative methodology, approaching undergraduate students from three large educational groups in Brazil. The results reinforce the low performance of these students in financial education and confirm that greater knowledge in personal finance can indeed impact the behavior of young people in higher education. These findings highlight the importance of revisiting and updating Financial Education policies in Brazil. We believe that it is also important for Higher Education Institutions (HEIs) to adopt the theme of Financial Education as “Transversal Themes” (TT) in their curricular units. This is relevant since there is a weakness in this training in primary and secondary education in Brazil (OECD, 2020) and it is a topic recognized as critical to supporting the economic growth of nations (Zhang 2023). Thus, this research has theoretical and practical contributions. First, it contributes theoretically by bringing insights from the Brazilian context to the global debate on financial education. Secondly, it has a practical contribution by emphasizing the impact of financial knowledge on decision-making, and also indicating the fragility of the topic in undergraduate courses, demanding more assertive public policies.

Keywords: financial education; financial behavior; undergraduate education.

1. INTRODUÇÃO

Entendida como o capital humano adquirido ao longo da vida, a educação financeira abrange temas como a gestão de recursos, incluindo receitas, despesas e poupança (Delavande et al. 2008). Mais do que isso, ela se refere à capacidade do indivíduo de entender e processar informações financeiras (Huston, 2010). Esses conhecimentos são passíveis de serem adquiridas ao longo da formação do indivíduo, como no ensino fundamental, médio e superior.

A literatura sobre educação financeira é rica, porém apresenta resultados divergentes (Zhang, 2023). Por exemplo, enquanto Fernandes et al. (2014) concluem que a educação financeira tem um impacto limitado no comportamento financeiro, Ghafoori et al. (2021) e Kaiser et al. (2022) mostram que ela pode significativamente melhorar o conhecimento e o comportamento financeiro. Além de haver alguma divergência na literatura, a maior parte dos debates baseiam-se em dados de países desenvolvidos (Zhang, 2023). Em países em desenvolvimento, como por exemplo o Brasil, a educação financeira é um tema ainda emergente na literatura científica (Ribeiro, 2021), tornado o seu estudo ainda mais convidativo e necessário.

No Brasil, embora os temas relacionados a educação financeira venham sendo formalmente discutidos, os resultados em rankings internacionais não têm sido satisfatórios. O que se percebe, é que a educação financeira não é adequadamente abordada no ensino fundamental e médio, fazendo com que os jovens de 15 anos, por exemplo, tenham desempenhos inferiores aos de outros países. Para se ter uma ideia, apenas 3% desse público no Brasil possuem proficiência em conceitos relacionados a finanças pessoais, enquanto em outros países, esse percentual gira em torno de 12%, de acordo com dados do “Programme for International Student Assessment” [PISA] de 2018 (OECD, 2020).

Com isso, justifica-se a necessidade de entender como essa realidade se reverbera em alunos de graduação, uma vez que eles carregam consigo as bases da educação financeira aprendidas ao longo da vida. Ao ingressar na vida adulta, muitos percebem a importância dessas habilidades e reconhecem suas deficiências. Assim, os cursos de graduação poderiam ser uma oportunidade para transmitir esses conhecimentos, mas muitas vezes não o fazem devido ao foco em suas áreas específicas.

Este estudo, portanto, visa tratar dessa temática tão urgente: o conhecimento financeiro de alunos de graduação no Brasil. Mais especificamente, o trabalho tem o objetivo de identificar o impacto desse conhecimento no comportamento financeiro desses alunos. Para alcançar o objetivo proposto, esta pesquisa adota uma metodologia quantitativa, abordando alunos de graduação de três grandes grupos educacionais do Brasil.

Os resultados reforçam o baixo desempenho desses alunos em educação financeira e confirmam que o maior conhecimento em finanças pessoais pode sim impactar no comportamento de jovens em ensino superior. Essas constatações ressaltam a importância de revisar e atualizar as políticas de Educação Financeira no Brasil. Embora a educação financeira seja abordada nas discussões e formulações de políticas públicas¹, ela não figura nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) (Cordeiro, 2018). Estas diretrizes desempenham um papel crucial na formatação dos

1 Principalmente por meio do Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020 (Brasil, 2020), que busca instituir a Nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF, revogando assim o Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010 (Brasil, 2010), que também buscava instituir a Estratégia Nacional de Educação Financeira [ENEF].

cursos de graduação, estabelecendo o perfil do egresso, competências, habilidades, estrutura curricular e sistemas de avaliação. De toda forma, antes mesmo de qualquer reformulação nas DCNs, acreditamos ser importante que as Instituições de Ensino Superior (IES) adotem a temática da Educação Financeira como “Temas Transversais” (TT)² em suas unidades curriculares. Isso é relevante uma vez que há uma fragilidade nessa formação no ensino fundamental e médio no Brasil (OECD, 2020) e é um tema reconhecido como algo crítico para apoiar o crescimento econômico das nações (Vieira et al., 2019; Kaiser et al., 2022; Zhang 2023).

Assim, esta pesquisa tem contribuições teóricas e práticas. Primeiro, contribui teoricamente ao trazer insights do contexto brasileiro para o debate global sobre educação financeira. Segundo, possui uma contribuição prática ao enfatizar o impacto dos conhecimentos financeiros na tomada de decisão, e também indicar a fragilidade da temática em cursos de graduação, demandando por políticas públicas mais assertivas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo situa-se na interface entre as temáticas de educação financeira e comportamento financeiro. Para desenvolver uma compreensão desses tópicos, inicialmente são abordados conceitos gerais para, em seguida, concentrar-se em tópicos mais específicos, culminando em uma argumentação que sustenta as hipóteses propostas.

2.1 Educação Financeira

A educação financeira pode ser definida como o processo pelo qual os indivíduos recebem instruções que melhoram a compreensão dos produtos financeiros, conceitos e riscos (Jin & Chen, 2020). A partir dessa melhor compreensão, os indivíduos desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes dos riscos e oportunidades financeiras para fazer escolhas informadas, saber onde procurar ajuda e tomar outras ações eficazes para melhorar o seu bem-estar financeiro (Jin & Chen, 2020). Além disso, ela pode abranger uma gama de tópicos, incluindo a compreensão das finanças pessoais, o conhecimento sobre o funcionamento dos mercados financeiros, a avaliação dos riscos e retornos associados a diferentes tipos de investimentos e a conscientização sobre os direitos e responsabilidades dos consumidores em relação a produtos e serviços financeiros (Delgadillo & Lee, 2021).

A importância da educação financeira tornou-se mais evidente em face das recentes crises financeiras globais. A falta de compreensão sobre conceitos financeiros básicos pode levar a decisões financeiras inadequadas, resultando em altos níveis de endividamento, inadimplência e até mesmo falência (Zhu & Xiao, 2022). Por outro lado, uma sólida compreensão dos princípios financeiros pode equipar os indivíduos com as ferramentas necessárias para navegar no complexo mundo financeiro, levando a uma maior segurança financeira e bem-estar (Watanapongvanich, Khan, Putthinun, Ono, & Kadoya, 2021).

² Temas transversais são “questões sociais consideradas relevantes”, “problemáticas sociais atuais e urgentes, consideradas de abrangência nacional e até mesmo de caráter universal” (BRASIL, 1997, p.64).

2.2 Comportamento financeiro

Diversos estudos já documentaram de alguma forma o impacto positivo da educação financeira no comportamento financeiro (Kaiser et al., 2022). Dentro desse âmbito do comportamento financeiro, surgem as decisões financeiras assertivas que são aquelas que ajudam os indivíduos a alcançarem seus objetivos financeiros a longo prazo. Essas decisões podem incluir itens relacionados ao desenvolvimento de poupanças individuais (Berry et al., 2017), e o planejamento da aposentadoria (Smith, 2016).

Por exemplo, Grinstein-Weiss et al. (2015) relacionaram a educação financeira e a formação de poupança. Os autores constatam que os participantes de programas de desenvolvimento individual que completaram os requisitos de educação financeira têm poupanças médias mensais mais elevadas, índices de poupança/rendimento mais elevados e poupam com mais frequência do que os seus pares que não completaram os requisitos de educação financeira.

Já Ghafoori et al. (2021) demonstram que a participação em seminários com temática financeira tem um efeito positivo no comportamento esperado de colaboradores. Ao longo de dois anos, os participantes desses seminários geraram contribuições voluntárias adicionais de 6% em fundos de pensões. Além disso, é mais provável que os participantes dos seminários utilizem estratégias de construção de carteiras de investimentos mais complexas para reduzir o risco quando estiverem mais perto da aposentadoria.

Embora a literatura já indique a relação entre educação financeira e variáveis relacionadas a criação de poupança (Grinstein-Weiss et al., 2015; Berry et al., 2017) e ao planejamento da aposentadoria (Smith, 2016; Ghafoori et al., 2021), não foram encontradas pesquisas que relacionem a educação financeira com reservas específicas para emergência. A criação de reservas para emergências é um aspecto vital de uma boa gestão financeira. Reservas financeiras podem ser entendidas como fundos reservados para cobrir despesas imprevistas ou para ajudar a suportar períodos de instabilidade financeira, como desemprego ou recessão econômica. Proporcionam um amortecedor financeiro, permitindo que os indivíduos lidem com imprevistos sem a necessidade de contrair dívidas ou vender ativos valiosos (Watanapongvanich, Khan, Putthinun, Ono, & Kadoya, 2021).

Com isso, no contexto brasileiro, entre alunos de graduação, a seguinte hipótese é estabelecida:

H1: O maior conhecimento na área financeira e econômica leva à decisão de ter reservas financeiras para emergências.

Além da decisão de ter reservas de emergência, a literatura também já evidenciou que a educação financeira pode levar a decisões relacionadas ao controle de gastos, como a criação de um orçamento familiar (Ribeiro, 2021), a administração prudente da dívida (Porto e Xiao, 2019; Lopez-Agudo & Marcenaro-Gutierrez, 2023), a necessidade de aconselhamento para melhor alocação de gastos em seguros (Xiao e Porto, 2019), e investimento em ativos financeiros de risco (Zhu e Xiao, 2021).

Essa pesquisa entende que o controle de gastos envolve o acompanhamento, a avaliação e a modificação dos gastos pessoais para garantir que os indivíduos estejam vivendo dentro de suas possibilidades e avançando em direção a seus objetivos financeiros. Nesse sentido, pode incluir a criação de um orçamento, a redução de gastos desnecessários e a priorização de gastos com base em metas financeiras pessoais (Zhu & Xiao, 2022; Lopez-Agudo & Marcenaro-Gutierrez, 2023).

Com base nessas pesquisas, no contexto brasileiro, entre alunos de graduação, a segunda hipótese é estabelecida:

H2: O maior conhecimento na área financeira e econômica leva à decisão de fazer controle de gastos.

Adicionalmente, entendemos que essas duas decisões (desenvolver reservas para emergência e efetivar controle de gastos) podem ser dadas em conjunto, alavancadas por uma boa educação financeira do indivíduo. Por isso, desenhamos a terceira hipótese a seguir:

H3: O maior conhecimento na área financeira e econômica leva à decisão de ter reservas financeiras para emergências e fazer controle de gastos.

A suposição subjacente a estas hipóteses é que a educação financeira e o conhecimento econômico equipam os indivíduos com as habilidades e a confiança necessárias para tomar decisões financeiras assertivas (Messy e Monticone, 2016; Vieira et al., 2019; Kaiser et al., 2022), como a criação de um fundo de emergência e o controle de gastos.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Baseada no objetivo estabelecido, a pesquisa seguiu uma abordagem quantitativa, enfatizando a coleta e análise numérica dos dados, conforme discutido por Sampieri et al. (2013) e Creswell e Creswell (2021). Foi escolhida uma abordagem quantitativa transversal, não experimental, usando a técnica de levantamento (survey) para analisar características e comportamentos de uma amostra em um intervalo de tempo específico, sem repetições futuras.

O estudo investigou alunos de cursos de graduação. Para isso, foram abordados alunos de três grandes instituições: uma com presença nacional e duas com presença estadual.

Como o intuito foi compreender o comportamento dos alunos de graduação com relação à educação financeira, selecionou-se cursos com características mais similares a fim de alcançar certa padronização na amostra. Portanto, foram abordados cursos tecnólogos, que tem a alcunha de curso superior, porém, com um viés mais técnico do ponto de vista da formação.

A pesquisa contou com 182 respondentes e o questionário ficou disponível para respostas entre os dias 01/04/2023 e 15/04/2023. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário de autorresposta, elaborado com o auxílio da plataforma Google Forms.

O questionário foi estruturado em quatro sessões, sendo a primeira delas o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido [TCLE]. A segunda sessão abordou questões relacionadas com a caracterização dos respondentes. A terceira sessão abordou questões relacionadas com as Finanças Pessoais, e buscou entender as características dos respondentes no tocante a este aspecto. A quarta sessão abordou questões relacionadas com a educação financeira do respondente.

A construção das questões constantes nas sessões 1, 2 e 3 foram elaboradas pelos autores com base nas referências utilizadas nesta pesquisa, bem como com o objetivo que se buscou alcançar. As questões abordadas na sessão 4 foram retiradas

de uma escala proposta por Vieira et al. (2019), que permite compreender o nível de proficiência dos respondentes com relação a educação financeira.

A análise dos dados foi realizada, primeiramente, com o auxílio do Microsoft Excel para o tratamento dos dados, e, posteriormente, os dados foram inseridos no software de análises estatísticas Stata, para as análises das estatísticas descritivas e regressão.

3.1. Operacionalização das hipóteses

Todas as três hipóteses consideram que a variável independente é “maior conhecimento na área financeira e econômica”. Para operacionalizar essa variável, foi aplicado um questionário, baseado em Vieira et al. (2019), com 12 questões de conhecimento básico em finanças pessoais. Dessa forma, tem-se que um maior número de acertos configure um “maior conhecimento na área financeira e econômica”. A escala de Vieira et al. (2019) foi escolhida por ser uma escala validada em território nacional e, portanto, mais adequada a esse trabalho.

Na hipótese 1, a variável dependente é a “decisão de ter reservas financeiras para emergências”. Para operacionalizar essa variável, tem-se a seguinte questão no questionário: “Você possui alguma reserva de emergência? (algum valor investido destinado a eventos não esperados)”, sendo que as respostas possíveis foram “sim” ou “não”, configurando uma variável do tipo dummy.

Na hipótese 2, a variável dependente é a “decisão de fazer controle de gastos”. Para operacionalizar essa variável, tem-se a seguinte questão no questionário: “Você realiza algum tipo de controle dos seus gastos mensais?”, sendo que as respostas possíveis foram “sim” ou “não”, novamente configurando uma variável do tipo dummy.

Na hipótese 3, a variável dependente é a “decisão de ter reservas financeiras para emergências e fazer controle de gastos”. Para operacionalizar essa variável, considerou-se o seguinte: “sim” para aqueles que responderam “sim” para as duas perguntas acima e “não” para aqueles que responderam “não” em ao menos uma das questões acima.

As variáveis de controle são apresentadas na tabela 1.

Tabela 1. Relação de variáveis de controle

<i>Questão</i>	<i>Respostas possíveis</i>	<i>Tipo</i>
Você cursou o seu ensino fundamental em:	- Escola Particular - Escola Pública	Dummy
Qual a sua renda familiar mensal?	- De R\$ 0 a R\$ 330,00 - De R\$ 331,00 a R\$ 1.320,00 - De R\$ 1.321,00 a R\$ 2.640,00 - De R\$ 2.641,00 a R\$ 3.960,00 - De R\$ 3.961,00 a R\$ 6.600,00 - De R\$ 6.601,00 a R\$ 13.200,00 - Acima de R\$ 13.201,00	Categórica
Quem é o responsável por prover recursos para o pagamento das contas na sua família?	- Apenas você, ou Você e seu(a) Parceiro(a), ou Você e outra pessoa. - Seu(a) parceiro(a), ou Seus pais, ou Outra pessoa.	Dummy
Qual a sua idade?	Número	Numérica
Você possui trabalho com renda?	- Sim - Não	Dummy
Você já teve cursou alguma disciplina de educação financeira (ensino fundamental, ou ensino médio, ou ensino superior)	- Sim - Não	Dummy

Fonte: elaborado pelos autores.

Quando a variável dependente é uma dummy, a regressão mais apropriada a ser utilizada é a regressão logística (Hair Jr., Black, Babin, Anderson, & Tatham, 2009). Por esse motivo, optou-se por essa estratégia estatística.

4. RESULTADOS

4.1. Caracterização dos respondentes

Considerando todos os alunos, 83% são ingressantes, no 1º semestre dos respectivos cursos, enquanto 17% são veteranos, isto é, cursando o 4º semestre. A maior parte deles cursaram o ensino fundamental (89%) e médio (95,1%) em escola pública, e possuem rendas familiares mensais entre R\$ 2.641,00 a 3.960,00 (33%); R\$ 1.321,00 a R\$ 2.640,00 (31,3%); e de R\$ 3.961,00 a R\$ 6.600,00 (12,1%), sendo essas as principais faixas de renda indicadas.

A maior parte dos respondentes estão cursando a sua primeira graduação (91,8%), enquanto 8,2% avançam com a sua segunda. Também, mencionaram não possuir dependentes (80,2%), demonstrando coerência com a faixa etária mais frequente, onde a maioria possui entre 18 e 25 anos (74,1%). Quando considerado o gênero, 71,4% são mulheres e 28,6% são homens. A fonte de renda da família é proveniente, em grande parte, do salário (87,9%), sendo que 78,6% indicaram ser empregado(a) assalariado(a).

Um elemento importante levantado na pesquisa refere-se à escolaridade dos pais, uma vez que podem apresentar algum reflexo no nível de educação financeira dos respondentes (OECD, 2020). Quando considerado a formação dos pais, os respondentes indicaram que 44,5% dos pais e 41,8% das mães haviam concluído o ensino fundamental, enquanto 37,4% dos pais e 40,1% das mães concluíram o ensino médio. Além disso, 9,9% dos pais e 5,5% das mães não possuem escolaridade.

Quanto à responsabilidade com relação ao provimento de recursos para o pagamento das contas da família, 29,7% indicaram que os pais são os responsáveis por prover os recursos, enquanto 35,2% se mostraram responsáveis juntamente com outro membro da família.

4.2. Percepções com relação a educação financeira

Quando se fala em finanças pessoais, considera-se uma pessoa educada financeiramente aquelas que conseguem gastar menos do que ganha, e que possuem conhecimentos necessários para tomar decisões com relação a gerenciamento de recursos, principalmente, no tocante a receitas, despesas e poupança (Delavande et al., 2008; Huston, 2010). Dentro dessa perspectiva, 42,9% dos respondentes gastam exatamente o que recebem com a renda mensal, enquanto 26,4% gastam menos do que recebem, e 30,8% gastam mais do que recebem. Essa característica indica que, quase um terço da amostra analisada mostra-se potencialmente endividados e vulneráveis a soluções financeiras que acabam os levando para ações de financiamento ou tomada de dinheiro a custos mais altos, incorrendo em despesas financeiras (juros). Além disso, pouco mais de um terço, representado por aqueles que gastam exatamente o que ganham, não são capazes de formar poupança considerando o estilo de vida que indicaram possuir.

A maior parte (59,3%) indicaram não possuir qualquer reserva de emergência, representada por valores investidos e destinados a eventos não esperados. Geralmente, essa reserva antecede movimentos de aplicações em investimentos marcados pelo longo prazo ou com maiores riscos. Isso acarreta uma maior vulnerabilidade com relação aos imprevistos que podem surgir do ponto de vista

financeiro, como consequências, por exemplo, de uma perda de emprego, problemas de saúde e pessoais cuja solução demanda recursos financeiros. Portanto, a reserva de emergência possibilita minimizar ou até mesmo evitar a realização de empréstimos com altas taxas de juros (Leal e Nascimento, 2011)

De certa forma, essas características demonstram carências de educação financeira ao longo da vida. Os respondentes indicaram, em sua maioria (87,9%), que não possuíam, ao longo de suas formações no ensino fundamental e médio, disciplinas que abordassem educação financeira ou assuntos correlatos, o que vai de encontro aos objetivos do decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020 (Brasil, 2020). Essa carência, que tem se mostrado uma realidade brasileira, deixa as pessoas vulneráveis a educação financeira obtida no âmbito familiar, o que se torna um ciclo vicioso quando, pela própria resposta dos entrevistados, percebe-se que os pais, principais responsáveis por essa educação no núcleo da família, possuem qualificações e formações também carentes nesse sentido, conforme apontou as características de formação dos pais apresentadas na subseção anterior, onde 44,5% dos pais e 41,8% das mães possuem o ensino fundamental, e, 37,4% dos pais e 40,1% das mães possuem o ensino médio, sendo que 9,9% dos pais e 5,5% das mães sequer possuem escolaridade.

Os respondentes indicaram ainda que realizam algum tipo de controle dos gastos mensais (75,8% realizam), enquanto 24,2% não realizam nenhum tipo de controle. A elaboração de controles, por mais simples que sejam, mostra-se como o passo inicial para uma vida financeira saudável. Para tanto, em muitos casos, controlar a vida financeira passa por adquirir informações com relação a finanças pessoais e a transações operacionais (Huston, 2010). Nesse quesito, 47,8% dos respondentes indicaram que buscam informações sobre educação financeira em vídeos de canais no Youtube ou outras redes sociais, 42,3% deles buscam conselhos familiares sobre esse tema, 18,1% já realizaram algum curso de finanças, seja ele online ou presencial. No entanto, 18,7% indicaram sequer se interessarem pelo tema.

Com o intuito de verificar a proficiência em educação financeira apresentada pelos alunos, foram levantadas 13 questões, com diferentes níveis de dificuldades, de acordo com itens propostos por Vieira et al. (2019). Os itens 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10 e 11 são referentes a temáticas como educação financeira básica, envolvendo aspectos corriqueiros como taxa de juros simples e compostos, valor do dinheiro no tempo e operações matemáticas simples, enquanto os itens 5, 6, 7, 12 e 13 abordaram aspectos relacionados com a educação financeira avançada, envolvendo instrumentos financeiros mais completos (Vieira et al., 2019).

A partir das respostas dos alunos para a escala de Vieira et al (2019), é possível compreender um pouco mais o nível de educação financeira apresentada pelos respondentes. No geral, o nível de acertos com relação aos itens mostra-se dentro de um padrão com taxas que giram em torno dos 50% ou menos, em muitos deles. Especificamente, quando considerados os itens que abordaram a educação financeira básica, contemplando questões relacionadas com taxas de juros simples e compostos, valor do dinheiro no tempo e operações matemáticas simples, foi possível observar apenas dois itens com um alto índice de acertos (acima de 80%). Esse resultado apresentou aderência aos encontrados por Vieira et al. (2019) em seus esforços de construção da escala utilizada, pois, eles também identificaram apenas dois itens com percentuais de acerto acima da percentagem mencionada.

Quando considerados os itens relacionados com a educação financeira avançada, os quais buscaram analisar a proficiência dos respondentes no tocante a instrumentos financeiros mais complexos, foi observado apenas um item com alto

índice de acertos (acima de 80%), o qual discorre sobre a inflação e seus impactos no custo de vida. Outros dois itens também apresentaram índices altos, porém, abaixo dos 80%, como foi o caso de questões envolvendo a relação risco retorno (71,43% de acertos), e o comportamento das ações ao longo do tempo (68,68% de acertos). Comparativamente aos resultados encontrados por Vieira et al. (2019) os percentuais de acertos da amostra analisada foram menores para quase todos os itens, o que indica índice de alfabetização financeira abaixo do padrão.

4.3. Análise das regressões

4.3.1. Relação entre conhecimento na área financeira e econômica e a decisão de ter reservas financeiras para emergências.

De acordo com a tabela 2, os resultados da regressão logística mostram que a hipótese 1 é aceita. Com um coeficiente de 0.176 e um p-valor de 0.022, a variável “conhecimento na área financeira e econômica” é significativa ao nível de 5%. Isto sugere que um aumento unitário nessa variável aumenta a probabilidade logarítmica de da decisão de ter reservas para emergência ocorrer.

Da mesma forma, um aumento unitário na variável de controle “renda familiar mensal”, com um coeficiente de 0.386 e um p-valor de 0.01, está associado a um aumento na probabilidade de reserva para emergência ocorrer. Além disso, a variável de controle “disciplina de educação financeira” mostra um coeficiente de 0.607 e um p-valor de 0.08, indicando que é significativa ao nível de 10%, também sugerindo um efeito positivo na probabilidade de reserva, algo que é coerente com a literatura.

Por outro lado, as variáveis de controle “ensino público ou privado”, “responsável por prover recursos na família”, “idade” e “se possui ou não trabalho com renda” não são estatisticamente significativas, o que implica que não há evidência suficiente para sugerir que essas variáveis afetam a probabilidade de reserva.

O termo constante (ou intercepto) de -3.439 é significativo ao nível de 1%, o que representa a probabilidade logarítmica de reserva quando todas as variáveis independentes são zero. O valor Pseudo R² é 0.091, sugerindo que o modelo explica cerca de 9,1% da variação na variável dependente. Finalmente, o modelo como um todo é significativo, como indicado pelo valor de Prob > chi2 de 0.002.

Tabela 2. Regressão Logística para a hipótese 1

	Coef.	St.Err.	t-value	p-value	[95% Conf	Interval]	Sig
<i>reserva_emergência</i>							
conhecimento	.176	.077	2.28	.022	.025	.327	**
ensino_pub_priv	-.417	.56	-0.74	.456	-1.516	.681	
rendafamiliar	.386	.151	2.56	.01	.091	.681	**
responsavel_familia	-.013	.395	-0.03	.974	-.787	.761	
idade	.015	.027	0.57	.569	-.037	.067	
trabalha_com_renda	-.268	.473	-0.57	.571	-1.194	.658	
disc_finan_pessoais	.607	.346	1.75	.08	-.072	1.285	*
constant	-3.439	.987	-3.48	0	-5.374	-1.505	***
Mean dependent var		0.407	SD dependent var			0.493	
Pseudo r-squared		0.091					
Chi-square		22.425	Prob > chi2			0.002	
Akaike crit. (AIC)		239.492	Bayesian crit. (BIC)			265.124	

*** $p < .01$, ** $p < .05$, * $p < .1$

4.3.2. Relação entre conhecimento na área financeira e econômica e a decisão de fazer controle de gastos.

Conforme os dados da tabela 3, a análise dos coeficientes e dos respectivos p-valores sugere que nenhuma dessas variáveis é estatisticamente significativa, nem mesmo ao nível de 10%. Isso implica que não há evidências suficientes para afirmar que qualquer uma dessas variáveis tem um efeito significativo sobre controle_gastos. Isso é apoiado pelos p-valores que são todos superiores a 0.1, e, portanto, maior do que os comumente aceitos níveis de significância de 0.1, 0.05, e 0.01.

O termo constante, ou intercepto, de -0.813, também não é significativo ($p=0.442$), o que representa a probabilidade logarítmica de controle_gastos quando todas as variáveis independentes são zero. No entanto, como ele não é significativo, devemos ser cautelosos ao interpretá-lo.

O Pseudo R^2 é 0.031, o que sugere que o modelo como um todo explica apenas cerca de 3.1% da variação na variável dependente. Além disso, o valor de Prob > chi2 é 0.503, o que indica que o modelo como um todo não é estatisticamente significativo.

Dessa forma, de acordo com este modelo, a hipótese 2 desse estudo não pode ser afirmada.

Tabela 3. Regressão Logística para a hipótese 2

<i>controle_gastos</i>	Coef.	St.Err.	t-value	p-value	[95% Conf	Interval]	Sig
conhecimento	.073	.08	0.91	.364	-.084	.23	
ensino_pub_priv	-.68	.566	-1.20	.229	-1.789	.429	
rendafamiliar	.168	.163	1.03	.303	-.152	.488	
responsavel_familia	.071	.425	0.17	.867	-.762	.905	
idade	.039	.034	1.16	.248	-.027	.106	
trabalha_com_renda	-.131	.516	-0.25	.799	-1.144	.881	
disc_finan_pessoais	.154	.39	0.39	.693	-.611	.919	
constant	-.813	1.057	-0.77	.442	-2.884	1.259	
Mean dependent var		0.758	SD dependent var			0.429	
Pseudo r-squared		0.031					
Chi-square		6.317	Prob > chi2			0.503	
Akaike crit. (AIC)		211.010	Bayesian crit. (BIC)			236.642	

*** $p < .01$, ** $p < .05$, * $p < .1$

4.3.3. Relação entre conhecimento na área financeira e econômica e a decisão de ter reservas financeiras para emergências e fazer controle de gastos.

Os resultados da regressão logística apresentados na tabela 4 mostram que “conhecimento na área financeira e econômica”, “renda familiar mensal” e “disciplina de educação financeira” são os preditores significativos da variável dependente “tem reserva de emergência e faz controle de gastos”.

A variável “conhecimento na área financeira e econômica”, com um coeficiente de 0.177 e um p-valor de 0.028, é significativa ao nível de 5%. Isto sugere que um aumento unitário no “conhecimento na área financeira e econômica” aumenta a probabilidade logarítmica de ter reserva de emergência e faz controle de gastos, simultaneamente, ocorrer. Assim, vê-se que a hipótese 3 pode ser aceita.

Da mesma forma, a variável de controle “renda familiar mensal” com um coeficiente de 0.42 e um p-valor de 0.007, é significativa ao nível de 1%. Este resultado sugere que um aumento unitário na “renda familiar mensal” está associado a um

aumento na probabilidade de ter reserva de emergência e faz controle de gastos, simultaneamente, ocorrer.

Além disso, a variável de controle “fez disciplina de educação financeira” com um coeficiente de 0.747 e um p-valor de 0.037, é significativa ao nível de 5%. Isto indica que aqueles que cursaram uma disciplina de finanças pessoais, ao menos uma vez na vida, possuem maior probabilidade de terem reservas para emergência e terem controle de gastos.

Contudo, as variáveis de controle “ensino público ou privado”, “responsável por prover recursos na família”, “idade” e “se possui ou não trabalho com renda” não são estatisticamente significativas, o que implica que não há evidência suficiente para sugerir que estas variáveis têm um impacto significativo na probabilidade da variável dependente.

O termo constante (ou intercepto) de -4.08 é significativo ao nível de 1%. Ele representa a probabilidade logarítmica de “reserva_controle” quando todas as variáveis independentes são zero.

O valor Pseudo R² é 0.111, sugerindo que o modelo explica cerca de 11.1% da variação na variável dependente. Finalmente, o modelo como um todo é estatisticamente significativo, como indicado pelo valor de Prob > chi2 de 0.000.

Tabela 4. Regressão Logística para a hipótese 3

	Coef.	St.Err.	t-value	p-value	[95% Conf	Interval]	Sig
<i>reserva_controle</i>							
conhecimento	.177	.08	2.20	.028	.019	.334	**
ensino_pub_priv	-.185	.566	-0.33	.744	-1.294	.924	
rendafamiliar	.42	.156	2.70	.007	.115	.725	***
responsavel_fa mília	-.07	.412	-0.17	.865	-.878	.738	
idade	.027	.027	0.97	.331	-.027	.08	
trabalha_com_r enda	-.377	.486	-0.78	.437	-1.329	.574	
disc_finan_pess oais	.747	.358	2.09	.037	.045	1.449	**
Constant	-4.08	1.038	-3.93	0	-6.115	-2.045	***
Mean dependent var		0.352	SD dependent var			0.479	
Pseudo r-squared		0.111					
Chi-square		26.111	Prob > chi2			0.000	
Akaike crit. (AIC)		225.929	Bayesian crit. (BIC)			251.561	

*** $p < .01$, ** $p < .05$, * $p < .1$

5. CONCLUSÃO

Os resultados permitiram compreender o comportamento de alunos de graduação com relação a educação financeira, investimentos e financiamentos. Foi possível observar uma realidade que reflete os cenários percebidos no Brasil. Os alunos demonstraram um nível de educação financeira que ainda permite muito espaço para evoluções, principalmente no tocante aos comportamentos adequados para se portarem como investidores, bem como conhecimentos que os façam tomar melhores decisões relacionadas com financiamentos.

Com relação aos comportamentos voltados para investimento, as decisões ainda apresentam-se privilegiando ativos que não permitem retornos interessantes, e, se considerada a inflação, há uma grande possibilidade de apresentar perda real do valor investido, como é o caso da poupança, principal ativo escolhido pelos alunos.

Adicionalmente, a carência de educação financeira leva muitos dos respondentes a gastarem mais do que ganham, ou exatamente o que ganham, tornando-os mais vulneráveis à necessidade de financiamentos, o que pode comprometer a saúde financeira de quem o toma, caso realizado sem planejamento adequado.

A análise das regressões apresentadas no estudo revela importantes insights sobre a relação entre o conhecimento na área financeira e econômica e decisões financeiras, como a decisão de ter reservas para emergências e fazer controle de gastos.

Na primeira regressão, evidenciou-se que o conhecimento na área financeira e econômica tem uma influência positiva significativa na decisão de ter reservas para emergências, com um coeficiente de 0.176, significativo ao nível de 5%. Outros preditores significativos incluem renda familiar mensal e a disciplina de educação financeira. Este modelo, contudo, explica apenas 9.1% da variação na variável dependente, com um valor Pseudo R² de 0.091.

Na segunda regressão, que procurou estabelecer a relação entre o conhecimento na área financeira e econômica e a decisão de fazer controle de gastos, nenhuma variável se mostrou estatisticamente significativa. Este resultado sugere que, ao contrário da hipótese proposta, não há evidência suficiente para afirmar que o conhecimento financeiro e econômico afeta significativamente a decisão de controle de gastos.

Por fim, a terceira regressão, que analisou a relação entre o conhecimento na área financeira e econômica e a decisão de ter reservas para emergências e fazer controle de gastos simultaneamente, mostrou que as variáveis de conhecimento na área financeira e econômica, renda familiar mensal e a disciplina de educação financeira são preditores significativos. Este modelo é capaz de explicar 11.1% da variação na variável dependente.

Em suma, os resultados sugerem que, embora o conhecimento financeiro possa influenciar a decisão de ter reservas para emergências, não há evidências suficientes para afirmar que ele tem um impacto significativo na decisão de fazer controle de gastos. No entanto, a presença de conhecimento financeiro e econômico, juntamente com fatores como renda familiar mensal e a disciplina de educação financeira, parece ter um impacto positivo na decisão de ter reservas para emergências e fazer controle de gastos simultaneamente.

Como contribuição, o estudo corrobora com outros estudos e relatórios que evidenciam a carência de educação financeira ao longo da educação formal. Esse fato lança luz sobre a necessidade de corrigir esses pontos por meio de políticas públicas que levem disciplinas que capacitem o estudante a lidar com o dinheiro (finanças pessoais). Adicionalmente, o estudo também contribui por testar uma escala recém desenvolvida por Vieira et al. (2019) para a realidade brasileira, promovendo uma maior compreensão das especificidades do cenário nacional em relação à educação financeira e as decisões financeiras tomadas pelos indivíduos.

Como limitações do estudo, dadas as escolhas metodológicas assumidas nesta pesquisa, os resultados não podem ser generalizados para além dos cursos escolhidos. Cada linha de formação apresenta perfis diferentes de ingressantes e de egressos, culminando em variações nos comportamentos relacionados com o nível de educação financeira, decisões de investimentos e de financiamentos.

REFERÊNCIAS

- Brasil. 2010. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- Brasil. 2020. Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. Brasília. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- Berry, J., Karlan, D., & Pradhan, M. (2018). The Impact of Financial Education for Youth in Ghana. *World Development*, 102, 71–89. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2017.09.011>
- Creswell, J. W; Creswell, J. D. 2021. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5ª ed. Porto Alegre: Penso.
- Cordeiro, J. N. N., Costa, M. G. V., & Silva, M. N. Da. (2018). Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. *Ensino Da Matemática Em Debate*, 5(1), 69–84. <http://www.financiamentoveiculos.org/financiamento-de-veiculos->
- Delavande, A.; Rohwedder, S.; Willis, R. J. 2008. Preparation for retirement, financial literacy and cognitive resources. Michigan Retirement Research Center. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1337655>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- Delgadillo, L. M., & Lee, Y. G. (2021). Association between Financial Education, Affective and Cognitive Financial Knowledge, and Financial Behavior. *Family and Consumer Sciences Research Journal*, 50(1), 59–75. <https://doi.org/10.1111/fcsr.12414>.
- Fernandes, D., Lynch, J. G., & Netemeyer, R. G. (2014). Financial Literacy, Financial Education, and Downstream Financial Behaviors. *Management Science*, 60(8), 1861–1883. <https://doi.org/10.1287/mnsc.2013.1849>
- Ghafoori, E., Ip, E., & Kabátek, J. (2021). The impacts of a large-scale financial education intervention on retirement saving behaviors and portfolio allocation: Evidence from pension fund data. *Journal of Banking & Finance*, 130, 106195. <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2021.106195>
- Grinstein-Weiss, M., Guo, S., REINERTSON, V., & RUSSELL, B. (2015). Financial Education and Savings Outcomes for Low-Income <scp>IDA</scp> Participants: Does Age Make a Difference? *Journal of Consumer Affairs*, 49(1), 156–185. <https://doi.org/10.1111/joca.12061>

- Hair Jr., J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*, 6ª ed. Porto Alegre: Bookman.
- Huston, S. J. (2010). Measuring Financial Literacy. *The Journal of Consumer Affairs*, v. 44, n. 2. Disponível em: <<http://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- Jin, M., & Chen, Z. (2020). Comparing Financial Socialization and Formal Financial Education: Building Financial Capability. *Social Indicators Research*, 149(2), 641–656. <https://doi.org/10.1007/s11205-019-02248-z>
- Kaiser, T., Lusardi, A., Menkhoff, L., & Urban, C. (2022). Financial education affects financial knowledge and downstream behaviors. *Journal of Financial Economics*, 145(2), 255–272. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2021.09.022>
- Lopez-Agudo, L. A., & Marcenaro-Gutierrez, O. D. (2023). Financial Education in Secondary Education: A Cross-Country Analysis. *CESifo Economic Studies*, 69(1), 21–60. <https://doi.org/10.1093/cesifo/ifad002>
- Leal, C. P.; Nascimento, J. A. R. 2011. Planejamento financeiro pessoal. *Revista de Ciências Gerenciais*, v. 15, nº 22. Disponível em: <<https://cienciasgerenciais.pgsskroton.com.br/article/view/2101>>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- Messy, F.; Monticone, C. 2016. Financial Education Policies in Asia and the Pacific. *OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions*, Paris, n.40. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1787/5jm5b32v5vvc-en>>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- Organisation for Economic Co-operation and Development [OECD]. 2015. 2015 OECD/INFE Toolkit for Measuring Financial Literacy and Financial Inclusion. OECD Publishing. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/2015_OECD_INFE_Toolkit_Measuring_Financial_Literacy.pdf>. Acesso em 25 abr. 2023.
- Organisation for Economic Co-operation and Development [OECD]. 2020. PISA 2018 Results (Volume IV): Are Students Smart about Money? PISA, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/48ebd1ba-en>>. Disponível em: 25 abr. 2023.
- Ribeiro, Q. D. M., Souza, M. C. de, Vieira, N. dos S., & Mota, R. C. L. (2021). A educação financeira como política pública no Brasil e seus potenciais impactos no orçamento familiar. *Research, Society and Development*, 10(9), e43310918213. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i9.18213>
- Sampieri, R. H; Collado, C. F; Lucio, M. P. B. 2013. *Metodologia de Pesquisa*. 5ª ed. Porto Alegre: Penso.

- Smith, B. A. (2016). Addressing the Retirement Savings Crisis in the United States: *The Role of Employer-Provided Financial Education*. *The Journal of Retirement*, 3(4), 67–76. <https://doi.org/10.3905/jor.2016.3.4.067>
- Vieira, K. M; Moreira Junior, F. J; Potrich, A. C. G. 2019. Indicador de educação financeira: Proposição de um instrumento a partir da Teoria da Resposta ao Item. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 40.
- Watanapongvanich, S., Khan, M. S. R., Putthinun, P., Ono, S., & Kadoya, Y. (2021). Financial Literacy, Financial Education, and Smoking Behavior: Evidence From Japan. *Frontiers in Public Health*, 8. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2020.612976>
- Zhang, Y., Lu, X., & Xiao, J. J. (2023). Does financial education help to improve the return on stock investment? Evidence from China. *Pacific Basin Finance Journal*, 78. <https://doi.org/10.1016/j.pacfin.2023.101940>
- Zhu, T., & Xiao, J. J. (2022). Consumer financial education and risky financial asset holding in China. *International Journal of Consumer Studies*, 46(1), 56–74. <https://doi.org/10.1111/ijcs.12643>